



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ILLANA RIBEIRO BOMFIM

**HOMO DIPLOMATICUS: VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA:
UM ESTUDO SOBRE A CARREIRA DIPLOMÁTICA E O PROGRAMA DE AÇÃO
AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ILLANA RIBEIRO BOMFIM

**HOMO DIPLOMATICUS: *VOCAÇÃO* PARA A DIPLOMACIA:
UM ESTUDO SOBRE A CARREIRA DIPLOMÁTICA E O PROGRAMA DE AÇÃO
AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Cristiane Santos Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

B683h

Bomfim, Illana Ribeiro.

Homo diplomaticus : vocação para a diplomacia : um estudo sobre a carreira diplomática e o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco / Illana Ribeiro Bomfim. - 2018.
44 f. : il.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza.

1. Diplomacia. 2. Relações exteriores - Brasil. 3. Racismo - Brasil. I. Instituto Rio Branco. II. Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Crítica e interpretação. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.2081

ILLANA RIBEIRO BOMFIM

**HOMO DIPLOMATICUS: VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA
UM ESTUDO SOBRE A CARREIRA DIPLOMÁTICA E O PROGRAMA DE AÇÃO
AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, modalidade monografia, apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Santos Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Maria Andrea dos Santos Soares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho e tudo mais que vier a ser feito, a minha avó, Maria Conceição Alves Bomfim, que muito me incentivou e orgulhou-se de cada passo dado nessa caminhada. Por nós! (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Igor Alves Bomfim e Nilda Brito Ribeiro, por acreditarem em mim mesmo quando algumas das minhas escolhas não fazendo muito sentido em suas mentes e por me incentivarem sempre com tanto amor.

À professora Cristiane Santos Souza, por ser luz e ter desenvolvido um projeto tão rico como é a Biblioteca Náutica, que me proporcionou um engrandecimento pessoal incalculável, momentos deliciosos de aprendizagem e por me guiar nessa empreitada da produção acadêmica.

Aos meus amigos, pela troca de conhecimentos, vivências, alegrias e frustrações que deixam mais humana a experiência universitária.

E aos que estão sempre comigo, mantêm minha energia estável, mente ativa e me permitem fluir bem na correnteza que é a vida. Minha gratidão de sempre!

“A nossa escrevivência não pode ser lida como 'canções para ninar os da casa grande', mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.”

Conceição Evaristo

RESUMO

O presente trabalho analisa o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia e o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, buscando entender o motivo pelo qual a palavra *vocação* se faz tão presente quando o assunto é a carreira diplomática no Brasil, pensando na sua construção, principalmente na sua forma de seleção nos tempos do Império, em que apenas os integrantes da nobreza faziam parte do Serviço Exterior, e como a imagem que foi socializada coletivamente sobre o *homo diplomaticus* é uma construção que privilegia alguns em detrimento de outros em um país constituído em sua história por exploração e abandono social do povo negro, estes que são corpos ainda pouco vistos como possíveis de ocupar níveis sociais mais altos, a exemplo da diplomacia, mesmo com o acesso à carreira sendo democratizado através do concurso e da ação afirmativa. Desta forma, buscou-se também narrar o contexto sociorracial do país e a importância da manutenção e melhoria da ação afirmativa para a desconstrução do “lugar do negro” e a inserção deste na instituição que tem como responsabilidade a representação do povo de seu país perante outras nações no cenário internacional.

Palavras-chave: Diplomacia. Instituto Rio Branco. Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Crítica e interpretação. Racismo - Brasil. Relações exteriores - Brasil.

ABSTRACT

This paper analyzes the Affirmative Action Program of the Rio Branco Institute - The Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco and the Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, seeking to understand the reason why the word vocation becomes so present when it comes to the diplomatic career in Brazil, thinking about its construction, mainly in its form of selection in the times of the Empire, in which only the members of the nobility were part of the Foreign Service, and how the image that was socialized collectively on the homo diplomaticus is a construction that privileges some to the detriment of others in a country constituted in its history by the exploitation and social abandonment of the black people, which are still little seen as possible to occupy higher social levels, like diplomacy, even with access to the career being democratized through contest and affirmative action. In this way, it was also tried to narrate the socioral context of the country and the importance of the maintenance and improvement of affirmative action for the deconstruction of the "place of the black" and the insertion of this in the institution that has as responsibility the representation of the people of his country before other nations on the international scene.

Keywords: Diplomacy. Foreign relations - Brazil. Instituto Rio Branco. Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Criticism and interpretation. Racism - Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	<i>Print screen 1 do Edital de Seleção 2017</i>	19
Figura 2	<i>Print screen 2 do Edital de Seleção 2017</i>	20
Figura 3	<i>Print screen 3 do Edital de Seleção 2017</i>	20
Figura 4	<i>Print screen 4 do Edital de Seleção 2017</i>	20
Figura 5	<i>Print screen 5 do Edital de Seleção 2017</i>	21
Figura 6	<i>Print screen 1 do Edital do PAA 2016-2017</i>	28
Figura 7	<i>Print screen 2 do Edital do PAA 2016-2017</i>	29
Figura 8	<i>Print screen 3 do Edital do PAA 2016-2017</i>	29
Figura 9	<i>Print screen 4 do Edital do PAA 2016-2017</i>	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPCD – Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

CACD – Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

PAA – Programa de Ação Afirmativa

IRBr – Instituto Rio Branco

MRE – Ministério das Relações Exteriores

TPS – Teste de Pré-seleção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O MRE E O CONCURSO PARA O “ÚLTIMO REFÚGIO DA NOBREZA NO BRASIL”	15
2.1	O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DIPLOMÁTICA	17
2.2	O DESAFIO DAS FASES	18
2.2.1	Da primeira fase	19
2.2.2	Da segunda fase (provas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa)	19
2.2.3	Da terceira fase (provas de História do Brasil, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia, Noções de Direito e Direito Internacional Público e Língua Espanhola e Língua Francesa)	21
3	POR QUE OS NEGROS PRECISAM DE AÇÃO DE AFIRMATIVA?	22
3.1	A DESCONSTRUÇÃO DO LUGAR DO NEGRO	24
3.2	PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA (PAA) - BOLSA-PRÊMIO DE VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA	25
3.3	AUTODECLARAÇÃO E FRAUDES	31
3.4	IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO E MELHORIA DO PROGRAMA	32
4	A HERANÇA DO BARÃO NO <i>HOMO DIPLOMATICUS</i> BRASILEIRO	33
4.1	<i>HOMO DIPLOMATICUS</i>	36
4.2	VOCAÇÃO DIPLOMÁTICA OU OPORTUNIDADE DE ESTUDO?	39
4.3	REFLEXOS DA SOCIEDADE NA CARREIRA DIPLOMÁTICA	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A diplomacia é a arte de negociar, na política, visando o interesse de um país perante os outros. Seu instrumento é a política externa e o indivíduo que faz uso dela é o diplomata, a pessoa que tem o papel de representar os interesses de uma nação diante de outros estados.

A origem das relações diplomáticas se confunde com o próprio desenvolvimento das sociedades humanas. Mas seu regulamento como ramificação do direito internacional e o estabelecimento dos direitos e deveres dos Estados, acontece com a Convenção de Viena Sobre as Relações Diplomáticas, de 24 de abril de 1964.

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, órgão do poder executivo responsável pelo acompanhamento das relações internacionais do país com outros países, é também conhecido como Palácio do Itamaraty, nome herdado de sua antiga sede que ficava no Rio de Janeiro e pertencia ao Conde de Itamarati¹.

A diplomacia brasileira sempre teve papel muito relevante internamente e forte atuação no cenário internacional. Os diplomatas brasileiros são percebidos como figuras ilustres, remontando aos tempos do Segundo Império, por exemplo, em que o acesso a carreira diplomática possuía requisitos como formação em Direito em Academias estrangeiras, uma família com posses e, principalmente, boas relações com a corte, as pessoas aptas ao cargo ostentavam títulos de nobreza, o que criou uma imagem de carreira reservada para um público restrito que paira até os dias de hoje no imaginário coletivo.

No entanto, desde o ano de 1946, o acesso a carreira é feito através de concurso público anual, que ao longo dos tempos foi passando por mudanças em seu processo; na atualidade, porém é composto por três fases em que os candidatos provam seus conhecimentos em História Mundial, História do Brasil, Geografia, Noções de Economia, Noções de Direito e Direito Internacional Público, Política Internacional, Português, Inglês, Francês, Espanhol e, se aprovados, ingressam nos quadros do Ministério das Relações Exteriores no cargo de terceiro secretário e já podem considerar-se diplomatas de carreira.

Com isso, os aprovados têm que começar um mestrado em Diplomacia no Instituto Rio Branco, uma das escolas para diplomatas mais respeitada no mundo e após a conclusão dos estudos passam por uma cerimônia, conhecida como “Dia do Diplomata”, que é realizada

¹ Até 1970, a sede do ministério era no Rio de Janeiro no conhecido Palácio do Itamarati, propriedade de Francisco José da Rocha Leão, um importante cafeicultor da época agraciado como os títulos de Visconde e Conde de Itamarati, nome que trouxe para a nova sede em Brasília e que é usado até hoje para designar o ministério.

todos os anos no dia 20 de abril. Data de nascimento do Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira.

Em linhas gerais, este trabalho tem a intenção de analisar como funciona o acesso e a carreira diplomática e, principalmente, o funcionamento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco e como este tem contribuído para a inserção e ascensão dos negros numa das carreiras mais elitistas do país. Assim como, refletir sobre o conceito de *vocação* diplomática que se faz muito presente quando o assunto é diplomacia no Brasil. O termo faz parte do título do Programa de Ação Afirmativa: Bolsa Prêmio de **Vocação** para a Diplomacia, nomeia uma plataforma de estudos online inaugurada no ano de 2017 pelo Instituto Rio Branco em parceria com o EducAfro, uma Organização não-governamental engajada na luta pela inclusão dos jovens negros nas universidades públicas e privadas e demais ações afirmativas, a plataforma chama-se **Vocação** Diplomática, no *site* da *Kwigoo*. A palavra é também constantemente evocada nas falas de diplomatas em livros, palestras e vídeos sobre a profissão.

O interesse é entender como um concurso que é considerado um dos mais difíceis e elitistas, em um país com um histórico sociorracial de desigualdade gritante, ao mesmo tempo, tem um Programa de Ação Afirmativa com uma proposta inovadora desde muito antes da política de cotas ser instaurada, mas que ainda fala em *vocação*. Ademais, buscou-se analisar se os reflexos de uma sociedade tão desigual afeta os negros não só antes de prestar o concurso, mas também na progressão da carreira depois de aprovados.

Este trabalho se apoia na pesquisa bibliográfica baseada no material que já existe sobre o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, além de obras sobre a integração do negro na sociedade brasileira e dialoga com conceitos trazidos da sociologia, como o de *habitus*, para entender a utilização do termo *vocação* na carreira diplomática. E está organizado em três capítulos, no primeiro um apanhado geral sobre o desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores no Brasil e sua importância, além de uma descrição sobre o funcionamento do concurso de admissão à carreira diplomática.

No segundo capítulo, trata-se da questão sociorracial no Brasil e do motivo pelo qual os negros precisam das ações afirmativas e de como se faz necessária a desconstrução do “lugar do negro” no contexto de um país tão desigual e da importância da preservação e melhoria programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco e seu detalhamento. No terceiro e último capítulo, o conceito de *vocação* é abordado a partir da reflexão sobre como a memória do Barão do rio Branco influencia na concepção compartilhada pelos diplomatas

brasileiros e na exposição da imagem para a sociedade de como o “ser diplomata” é dependente de habilidades que se fazem presentes em algumas pessoas e em outras não.

2 O MRE E O CONCURSO PARA O “ÚLTIMO REFÚGIO DA NOBREZA NO BRASIL”

Este capítulo tem o papel de descrever como se deu o desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores, seu papel relevante na história e configuração do país e o prestígio social a qual os integrantes de seus quadros estão expostos desde a época do Segundo Império, para então, explicar os moldes do concurso de admissão à carreira diplomática e sua organização em todas as três fases.

Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1808) e Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Reino (1823) são antigas nomeações do órgão que conhecemos hoje como Ministério das Relações Exteriores, que a mais de dois séculos faz parte da história do Brasil. Mostrando que mesmo nos tempos em que era colônia, já havia uma preocupação na negociação com outros lugares do mundo.

O desenvolvimento da Secretaria dos Negócios Estrangeiros vem desde o período colonial, quando a sede da secretaria ficava em Portugal, perpassou o Primeiro e Segundo Reinados onde o Ministério dos Negócios Estrangeiros sofreu várias transformações institucionais, inclusive em sua nomeação e de enfoques, no Período Republicano acontece a mudança definitiva em sua nomeação para Ministério das Relações Exteriores, em 1889, que mantém-se até hoje.

Em um trecho do livro **Dois séculos de história da organização do Itamaraty – Volume 1**, o autor faz uma analogia sobre o desenvolvimento da organização no Brasil com o de um organismo vivo:

Quem se der ao trabalho de seguir o curso das transformações pelas quais passou a atual organização do Ministério das Relações Exteriores, desde a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, verificará que o processo se assemelhou ao do desenvolvimento de um organismo vivo. A princípio simples, monocelular, com funções rudimentares, tal organismo, entretanto, cresceu sempre, dividindo-se, multiplicando suas células, agrupando-as em torno dos pólos, verdadeiros embriões de novos órgãos que se desenvolveram, especializando suas funções, estimulados pelos crescentes e cada vez mais complexos problemas de relacionamento do Brasil com o resto do mundo. (CASTRO, 2009, p.17)

Aos poucos o Brasil foi consolidando o desenvolvimento do Serviço Exterior, fundou um instituto de formação, a segunda academia a ser criada no mundo, após a de Viena (AMADO, 2013), e orquestra um histórico de boas negociações com um corpo diplomático cheio de figuras ilustres com atuações de grande relevância para o país.

No século XVII, Alexandre de Gusmão negociava o tratado de Madri garantindo mais terras a colônia portuguesa, como nos conta o diplomata Synesio Sampaio Goes Filho em seu livro: **Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas**,

Tomando posse de seu cargo, começa o trabalho, completado em 1750, que lhe garante permanência nos anais de nossa diplomacia: acordar com a Espanha limites para o Brasil, de maneira que seu território incluísse todas as terras ocupadas pelos luso-brasileiros. (FILHO, 2015, p. 216)

Dois séculos depois, o Barão do Rio Branco contribuiu para definir os contornos do que viria a ser o maior país da América do Sul, ele negociou com a Bolívia e englobou a região do Acre ao Brasil.

Além dessas e outras conquistas, o Brasil conseguiu destaque no cenário internacional por optar sempre em resolver conflitos de forma pacífica, por ser um dos três países com maior quantidade de fronteiras terrestres e conseguir se manter em paz com todos eles nos últimos 140 anos, além de destaque no comércio internacional e por ter sido eleito 10 vezes para ocupar vaga de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (AMADO, 2013).

Expressivo em sua atuação no exterior, o corpo diplomático brasileiro é também internamente. Em sua memória, o Ministério das Relações Exteriores guarda alguns nomes como: Joaquim Nabuco, Guimarães Rosa, Antônio Houaiss, Vinicius de Moraes, João Cabral de Melo Neto e José Guilherme Merquior, que foram integrantes não só dos seus quadros, mas também deram suas contribuições na cultura do país sendo romancistas, poetas, historiadores, músicos e filósofos de destaque.

No entanto, integrar o corpo diplomático brasileiro nunca foi fácil, durante o período Imperial para estar apto o candidato teria que cumprir alguns requisitos, entre eles, ter formação em curso de Direito em academias estrangeiras e habilidades em línguas, como o latim, por exemplo. Durante a gestão do Barão de Rio Branco entre 1902 e 1912, além desses requisitos educacionais, traços da personalidade e até caligrafia eram levados em conta.

No começo do século XX, sorte à parte, era sabido que o Barão selecionava os futuros diplomatas pelo jeitão dos candidatos. Tivessem presença, o chamado

physique de rôle, falassem línguas e, sobretudo, procedessem de boa família, estariam admitidos na *carrière*. (AMADO, 2013, p. 24)

2.1 O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DIPLOMÁTICA

Observando os requisitos que foram acima mencionados que eram exigidos para o ingresso na carreira até quase o final do século XX, é notável que apenas um público muito restrito tinha plenas condições de disputar uma vaga no Serviço Exterior, essas pessoas eram homens, brancos, filhos de latifundiários, escravocratas, herdeiros, com vivências em outros países e geralmente jovens incentivados por seus pais a ter uma ativa participação política, ou seja, quem tinha posses e influência na sociedade da época e queria manter o *status quo*.

Em 6 de março de 1946, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) foi criado pelo Decreto de nº 20.694 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o ingresso na carreira diplomática passava a ser por meio de aprovação em concurso:

O Presidente da República; usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O ingresso na carreira de Diplomata far-se-á, sempre na classe inicial, mediante concurso de provas realizado pelo Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, ou por uma seleção entre candidatos aprovados nos exames finais do “Curso de preparação à carreira de Diplomata”, do mesmo Instituto.

§ 1º Far-se-á, a seleção por uma classificação de todos esses candidatos segundo a ordem decrescente da nota final de cada um no aludido Curso.

§ 2º Só poderão ser incluídos na classificação a que se refere o parágrafo anterior os candidatos aprovados nos exames finais realizados até o prazo máximo de cinco anos antes.

Art. 2º Serão condições essenciais para a inscrição no concurso ou inclusão na seleção a que se refere o artigo anterior:

- a) ser brasileiro nato: se casado, o cônjuge deverá ser pessoa de nacionalidade brasileira; (Revogada pela Lei nº 2.171, de 1954)
- b) ter no mínimo vinte e no máximo trinta e cinco anos de idade;
- c) possuir certificado de aprovação no “Curso de preparação à carreira de Diplomata”, do Instituto Rio-Branco;
- d) provar quitação com as obrigações militares.

Em 1996, houve uma reformulação e o concurso passou a ser o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), os aprovados agora já poderiam se considerar diplomatas, recebem o salário de um. O concurso acontece anualmente e quem cuida da aplicação das provas é o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE).

Uma medida para então democratizar o acesso a carreira, sem, no entanto, facilitá-lo. Afinal, continua sendo uma carreira de muito prestígio social e de grande importância nacional. Se antes os responsáveis pelas articulações do Brasil com a comunidade

internacional ostentavam títulos de nobreza como: marquês, barão, conde e visconde, agora pessoas “comuns” podem ter acesso a carreira. Mas quem são essas pessoas? O acesso foi realmente democratizado?

Se prestarmos atenção no edital mais recente que regula os requisitos para a participação no concurso, podemos observar que essa democratização é um pouco distante da realidade educacional brasileira e ainda restringe a participação no concurso a um público específico.

O candidato tem que ter conhecimentos variados, o item 1.3 dispõe:

O concurso será realizado em três fases:

- a) Primeira Fase: prova objetiva, constituída de questões do tipo CERTO ou ERRADO de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório, que habilitará os candidatos a se submeterem às fases seguintes;
- b) Segunda Fase: prova escrita de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, ambas de caráter eliminatório e classificatório;
- c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia, Noções de Direito e Direito Internacional Público, Língua Espanhola e Língua Francesa, de caráter eliminatório e classificatório. (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017, p. 30).

Então, ter recursos não deixou de ser um requisito para o acesso à carreira, pois apenas a educação regular, ou até mesmo o ensino superior, não supre a abrangência e as habilidades que o concurso exige.

Como Moura (2007) cita, um diplomata recém aprovado se referiu ao Itamaraty como o “último refúgio da nobreza no Brasil”, deixando nítida a imagem que se conserva da instituição desde os tempos “áureos” quando apenas os que possuíam títulos de nobreza conseguiam fazer parte do Serviço Exterior do Brasil. O que nos serve como justificativa do motivo pelo qual mesmo após sua democratização com o concurso ainda é tão difícil ingressar na carreira que requer garbo, elegância e nível intelectual elevado dos seus profissionais para a manutenção dessa imagem de nobreza que acreditam.

2.2 O DESAFIO DAS FASES

Como já foi dito, o concurso é composto por 3 fases, vêm disto, também, a fama de ser um dos concursos mais difíceis do país.

O funcionamento das fases é disposto no edital de 2017 nos itens 5, 7 e 8, conforme descrevo abaixo:

2.2.1 Da primeira fase

A prova objetiva da Primeira Fase será constituída de 73 questões, conforme o quadro a seguir:

Figura 1 - *Print screen* 1 do Edital de Seleção 2017

Área de conhecimento	Número de questões	Pontuação máxima	Caráter
Língua Portuguesa	10	10,00 pontos	Eliminatório
Língua Inglesa	9	9,00 pontos	
História do Brasil	11	11,00 pontos	
História Mundial	11	11,00 pontos	
Política Internacional	12	12,00 pontos	
Geografia	6	6,00 pontos	
Noções de Economia	8	8,00 pontos	
Noções de Direito e Direito Internacional Público	6	6,00 pontos	
Total	73	73,00 pontos	

Fonte: Instituto Rio Branco (2017).²

“[...] Cada questão será composta com 4 itens para julgamento. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando a que se refere o item. Se classificado, o candidato passa para a segunda fase” (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017).

A primeira fase era a matéria de Cultura Geral que existia na época do CPCD, hoje no CACD, é o temido Teste de Pré-Seleção (TPS). Para os “cacdistas” (como são conhecidas as pessoas que se preparam e prestam as provas do CACD), o TPS funciona como uma peneira por sua configuração de respostas ser tipo certo e errado, em que uma resposta errada anula uma resposta certa que é característica da banca do CESPE, e também pelo número de conteúdo que precisa ser acumulado para realizar uma boa prova e ter chances de passar para a fase seguinte:

2.2.2 Da segunda fase (provas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa)

“Serão convocados para a Segunda e Terceira Fases os classificados dentro dos quantitativos previstos no quadro abaixo, respeitados os empates na última colocação” (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017):

² Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/editais-guias-de-estudo/editais-cacd/IRBR-Ed.-1-Abertura.pdf>>. Acesso em abril. 2018.

Figura 2 - *Print screen 2* do Edital de Seleção 2017

Cargo	Ampla concorrência	Candidatos negros	Pessoas com deficiência	Total
Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata	225	60	15	300

Fonte: Instituto Rio Branco (2017).

“[...] A prova escrita de Língua Portuguesa, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100,00 pontos e consistirá de” (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017):

Figura 3 - *Print screen 3* do Edital de Seleção 2017

Questões	Extensão	Pontuação máxima
Redação sobre tema geral	600 a 650 palavras	60,00 pontos
Dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos	120 a 150 palavras, cada	20,00 pontos, cada

Fonte: Instituto Rio Branco (2017).

“[...] A prova escrita de Língua Inglesa, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100,00 pontos e consistirá de” (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017):

Figura 4 - *Print screen 4* do Edital de Seleção 2017

Questões	Pontuação máxima
Redação sobre tema geral, com extensão de 400 a 450 palavras	50,00 pontos
Tradução de um texto do inglês para o português	20,00 pontos
Versão de um texto do português para o inglês	15,00 pontos
Elaboração de um resumo, em inglês, a partir de um texto escrito em Língua Inglesa	15,00 pontos

Fonte: Instituto Rio Branco (2017).

É sabido que o sistema educacional brasileiro possui alguns déficits, principalmente, em relação ao ensino de outras línguas, não é diferente com o inglês. É compreensível a exigência das línguas estrangeiras para cargos onde a pessoa terá que participar de ambientes em que a fluência nestas serão exigidas, e mais uma vez entra o requisito financeiro como divisor de águas em relação ao CACD. O candidato que quer ser minimamente competitivo no concurso tem que contratar professores e fazer cursos de línguas para garantir uma boa colocação.

Conseguindo a pontuação necessária, o candidato finalmente chega a última fase que consiste em:

2.2.3 Da terceira fase (provas de História do Brasil, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia, Noções de Direito e Direito Internacional Público e Língua Espanhola e Língua Francesa)

“As provas escritas da Terceira Fase, de caráter eliminatório e classificatório, serão aplicadas conforme o quadro a seguir” (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017):

Figura 5 - Print screen 5 do Edital de Seleção 2017

Prova	Questões	Pontuação máxima
História do Brasil	Duas questões discursivas com extensão máxima de 90 linhas e valor de 30,00 pontos, cada; e Duas questões discursivas com extensão máxima de 60 linhas e valor de 20,00 pontos, cada.	100,00 pontos
Política Internacional	Duas questões discursivas com extensão máxima de 90 linhas e valor de 30,00 pontos, cada; e Duas questões discursivas com extensão máxima de 60 linhas e valor de 20,00 pontos, cada.	100,00 pontos
Geografia	Duas questões discursivas com extensão máxima de 60 linhas e valor de 30,00 pontos, cada; e Duas questões discursivas com extensão máxima de 40 linhas e valor de 20,00 pontos, cada.	100,00 pontos
Noções de Economia	Duas questões discursivas com extensão máxima de 60 linhas e valor de 30,00 pontos, cada; e Duas questões discursivas com extensão máxima de 40 linhas e valor de 20,00 pontos, cada.	100,00 pontos
Noções de Direito e Direito Internacional Público	Duas questões discursivas com extensão máxima de 60 linhas e valor de 30,00 pontos, cada; e Duas questões discursivas com extensão máxima de 40 linhas e valor de 20,00 pontos, cada.	100,00 pontos
Língua Espanhola e Língua Francesa	Língua Espanhola: elaboração de resumo, em espanhol, a partir de texto escrito em Língua Espanhola e de versão de um texto do português para o espanhol, com valor de 25,00 pontos, cada. Língua Francesa: elaboração de resumo, em francês, a partir de texto escrito em Língua Francesa e de versão de um texto do português para o francês, com valor de 25,00 pontos, cada.	100,00 pontos

Fonte: Instituto Rio Branco (2017).

Aprovação na Terceira Fase 8.4.1 Serão considerados aprovados na Terceira Fase do concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360,00 pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas.

E finalmente, se alcançada a nota mínima de 360 pontos, o aprovado pode considerar-se integrante dos quadros do MRE, no cargo de diplomata.

O sistema educacional brasileiro é falho em todos os níveis e de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua do ano de 2017, a taxa de analfabetismo é de 4,0 entre a população branca e 9,3 entre a população preta ou

parda, um dado sobre a educação no Brasil que revela o nível crítico a qual os negros estão submetidos e como a educação é um marcador da desigualdade entre a população.

Para alcançar o nível que as provas do concurso exigem é essencial que se tenha muita dedicação e condições financeiras para arcar com os custos de uma boa preparação, mas com essa realidade, como a população negra pode prospectar uma melhoria em suas condições de vida? Tendo em vista primeiramente o requisito de ensino superior no concurso, começa um “sistema de filtragem”, que perpassa as fases até o ingresso na carreira, no qual cada vez mais as chances dos negros vão diminuindo em relação aos outros candidatos simplesmente pelo fato de que suas trajetórias educacionais divergem não só financeira, mas por uma questão sociorracial que ronda a população negra como uma sombra desde a construção do Brasil como nação.

3 POR QUE OS NEGROS PRECISAM DE AÇÃO DE AFIRMATIVA?

O pilar escravista, no qual o Brasil foi erguido, acompanha seu povo como uma sombra desde o tempo colonial até os dias de hoje.

A história nos conta que em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi sancionada e extinguiu a escravidão no Brasil, o último país das Américas que assim fez. O que de fato aconteceu é que os negros que foram trazidos da África passaram da condição de escravizados para a de abandono social coletivo, já que não foram criadas medidas de integração e para eles restavam apenas a base da pirâmide social, quando não, a margem.

Temos uma vasta bibliografia sobre a questão da integração do negro no Brasil, estudiosos como Florestan Fernandes, e muitos outros, debruçaram-se no pensamento de como o modelo estruturante do uso de mão de obra africana na construção do Brasil se reflete até os nossos dias em forma de racismo, exclusão, desigualdades e todo tipo de mazelas sociais a que os afrodescendentes estão expostos. Neusa Santos diz que: "A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior."(SOUSA, 1983, p.19).

Dialogando com Clóvis Moura que diz:

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos

de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados (MOURA, 1988, p. 23).

Todo esse histórico caracteriza o processo de constituição da disparidade social e racial que percebemos no país e que afeta os negros de diversas formas. Estatisticamente, os negros são os que mais morrem, os mais pobres, os que menos têm acesso à educação, saúde e são mais da metade da população.

Segundo Paula Cristina (2013), no relatório da situação da população afrodescendente afirma que:

Diversos estudos têm mostrado que a população negra brasileira, comparada com a população branca, tem piores indicadores socioeconômicos. Isto significa dizer que os negros continuam mais pobres, morrem mais cedo, têm escolaridade mais baixa e menos acesso à saúde (PAIXÃO et al 2010; OSÓRIO, 2008; HENRIQUES, 2001). Em relação à violência, as pesquisas recentes mostram que os negros, especialmente, os homens jovens, estão em maior proporção entre as vítimas de assassinatos. Além disso, comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos, continuam a enfrentar dificuldades para ter acesso a melhores condições de vida e ao reconhecimento devido. (BARRETO, 2013, p.5-6)

Alguns avanços já foram e estão sendo feitos, mas o caminho ainda é longo. Moore, diz:

Na Antiguidade, esses recursos eram território (terra, água, rios e montanhas) e bens (rebanhos, cidades...). Seguidamente, esses recursos foram a própria força de trabalho alheio (escravos), a produção alheia (produtos agrícolas ou manufaturados) e as riquezas do meio ambiente e subsolo alheios (minerais, sal, especiarias, madeiras, marfim...). Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo. A função básica do racismo é de blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de “tirar proveito” (privilégios, vantagens e direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. (MOORE, 1988, p.283-284)

Abre-se este parêntese para tratar da realidade da construção histórica do Brasil, que em seus anos de constituição e desenvolvimento, tem explorado e subalternizado parte esmagadora de sua população, os negros, então, descendentes dos povos que vieram da África e aqui foram escravizados, que sofrem mazelas sociais que conseqüentemente os impedem de ascender socialmente e mudar suas situações.

Se a preocupação diária é essencialmente a de manter-se vivo, trabalhar e ter uma alimentação digna, como esse povo poderia ansiar em chegar às camadas mais altas da sociedade que lhes negou isso durante séculos? Se as pessoas que representam o país no exterior, são justamente as que têm condições, primeiramente, econômicas para conseguir aprovação em concursos públicos e assim o fazer, qual é a imagem racial representada do Brasil no cenário internacional?

3.1 A DESCONSTRUÇÃO DO LUGAR DO NEGRO

Por de tudo que foi dito anteriormente, a desconstrução do lugar do negro no Brasil é extremamente necessária para que estes venham a galgar outros espaços e a desestruturação da desigualdade se faça. Existe uma ideia do que pode-se chamar de “lugar do negro”, que teima em pairar no imaginário coletivo da sociedade e afetando os negros, criando empecilhos além de econômicos, psicológicos:

Analisando essa construção dos papéis ocupados pelos negros na sociedade, podemos observar nas relações de trabalho no Brasil, a repercussão das ideologias racistas construídas nas relações sociais. Com isso, os estereótipos de inferior do ponto de vista intelectual, incapaz, entre outros, permaneceram arraigados no imaginário coletivo, prejudicando a inserção dos afro-descendentes em instâncias sociais estratégicas para o seu desenvolvimento humano, tais como: o trabalho, a educação, postos de comando no poder público, na área de saúde e desenvolvimento tecnológico. (...) O fato é que, o negro saiu das senzalas para ocupar as invasões e favelas, espaços geográficos das cidades, privados de bens e serviços públicos adequados, ou, nas periferias, que distam dos centros e contam com bens e serviços públicos precários, bem inferiores aos encontrados nos bairros “ditos nobres”. Porém, as mais perversas consequências do racismo brasileiro são a auto rejeição e a privação das aspirações, que operam no âmago da psique de negros e negras que acreditam e aceitam este lugar (não só social, mas também conceitual) atribuído pelos brancos aos negros, apesar de toda uma história de luta e resistência dos movimentos negros, que trabalham por uma Consciência³.

Em sua tese, **Significações do corpo negro**, Isildinha Baptista Nogueira afirma:

A instituição da escravidão construiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “carência de humanização” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “diferença biológica”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e coisas, seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos “indivíduos humanos”. (NOGUEIRA, 1998, p.34)

³ Disponível em <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/o-lugar-do-negro-no-brasil>>. Acesso em abril de 2018.

Na pesquisa sobre psicologia social e as ações afirmativas, PEREIRA (2014) concorda que os negros ainda estão ocupando os cargos de menor prestígio na sociedade brasileira:

Levamos em conta que, na maioria das ocupações consideradas de prestígio no Brasil, ocorre uma sub-representação de negros e negras, como indicado na pesquisa de DIESSE (2013). Essa pesquisa demonstra que os/as negros/as ocupam cargos de menor prestígio e valorização, uma vez que, a partir da categorização de inserções ocupacionais em segmentos de apoio, execução e direção e planejamento, identificou-se que: a maioria de trabalhadores/as negros/as das regiões metropolitanas estavam ligados/as à produção de bens e serviços; um quinto desse grupo dedicando-se à atividade de suporte e apoio e um número irrisório trabalhando na gestão das atividades produtivas. No serviço público, conforme Silva & Silva (2014), a realidade também não é tão diferente, pois a presença da população negra é mais reduzida em carreiras mais valorizadas, principalmente as de nível superior, que oferecem uma boa remuneração. Nas carreiras consideradas de nível intermediário, a participação de negros/as aumenta. (PEREIRA, 2014, p.23)

Conforme citação acima, fica evidente a necessidade da desconstrução do lugar do negro na luta contra o racismo, as desigualdades, em prol dos direitos humanos e, nada mais justo, do que contar com ações proativas do Estado nesse sentido, principalmente, em se tratando de cargos públicos que tem como função a representatividade da sociedade.

3.2 PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA (PAA) - BOLSA-PRÊMIO DE VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA

Em outros países que tiveram a mesma construção histórica do Brasil, que foram colônias de exploração galgadas em trabalho escravo, ações foram exigidas por parte da população negra, tomando como exemplo os Estados Unidos, em que o povo negro uniu-se em prol da movimentação governamental para modificar suas realidades, em reconhecimento de suas contribuições e do racismo e segregação que marcava aquele contexto. No Brasil, graças a Gilberto Freyre e sua obra **Casa Grande e Senzala**, impera a sensação de que vivemos desde a colonização em pleno estado de paz e harmonia entre as raças que constituem a nação, ideologia conhecida como democracia racial.

Essa ideia, ainda reverbera em prejuízos incalculáveis para os povos que demoraram a se organizar em prol da reparação de suas condições. Apenas recentemente, movimentos sociais e intelectuais uniram-se exigindo medidas para a efetiva integração do negro no Brasil e a desigualdade.

Uma dessas medidas é a ação afirmativa, que de acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA)⁴, são:

Políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (...) A ação afirmativa se diferencia das políticas puramente anti-discriminatórias por atuar preventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Políticas puramente anti-discriminatórias, por outro lado, atuam apenas por meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar atos discriminatórios. No debate público e acadêmico, a ação afirmativa com frequência assume um significado mais restrito, sendo entendida como uma política cujo objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater desigualdades e dessegregar as elites, tornando sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade.

Ou seja, as políticas de ação afirmativa têm o objetivo de combater a desigualdade auxiliando o desenvolvimento das pessoas que são estruturalmente prejudicadas, para que estas possam alcançar outros níveis sociais e assim, não só integrar, mas também representar a sociedade da qual fazem parte.

A movimentação internacional, sobre as questões da discriminação racial, começou a partir do final da Segunda Guerra Mundial com as Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Em 1963, foi a vez da “Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial através da resolução 1904 (XVIII), de 20 de novembro; e, em 1965, um tratado internacional especificamente dedicado ao combate ao racismo e à discriminação racial: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.”⁵ além de outras ações:

Outras ações foram igualmente empreendidas com vista a chamar a atenção para os problemas do racismo e da discriminação racial, nomeadamente a designação do dia 21 de março como Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 1966. De 1973 a 2003, por outro lado, decorreram três Décadas de combate ao racismo. No âmbito de cada uma delas, realizou-se uma Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial: duas em Genebra (1978 e 1983) e a terceira em Durban (2001). O ano de 2001 foi, ainda, proclamado Ano Internacional de

⁴ Disponível em <http://gemma.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=1:o-que-s%C3%A3o%C3%A7%C3%B5es-afirmativas?&Itemid=217>. Acesso em abril de 2018.

⁵ Disponível em <<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa.⁶

No Brasil, “aprovada pelo Decreto Legislativo no 23, de 21 de junho de 1967, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial foi ratificada em 1968 e passou a vigorar no ordenamento pátrio a partir da edição do Decreto no 65.810, de 8 de dezembro de 1969”. (DUARTE, p.6, 2014). E com toda a movimentação no exterior, aqui, os movimentos sociais se organizaram em prol da pressão ao Estado para corrigir as desigualdades raciais e sociais, alguns tratados internacionais que discorrem sobre a discriminação foram utilizados como argumento, ações como as do seminário internacional: “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos” foram realizadas. João Feres Júnior e Luiz Augusto Campos, em seu artigo sobre ação afirmativa no Brasil, dizem que o movimento negro:

adotou uma postura política mais propositiva e articulada com o Estado e com agências internacionais. Tal confluência entre os diagnósticos da academia e da sociedade civil se combinou com uma mudança, ainda que vacilante, de postura do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à questão racial no país. Mala Htun tem razão quando diz que a introdução de ações afirmativas raciais no país se valeu de uma confluência de pressões vindas das agências internacionais, da academia, do movimento negro e do próprio governo. (JÚNIOR e CAMPOS, 2016, p. 270)

Durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, na África do Sul em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso organizou um Grupo de Trabalho Interministerial para trabalhar em prol da solução das questões raciais do país.

Fernando Henrique Cardoso, fez um discurso na Cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos no Palácio do Planalto em 2001, no qual declarou a necessidade do Programa de Ação Afirmativa para o Instituto Rio Branco: “Precisamos ter um conjunto de diplomatas – temos poucos - que sejam o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida e não tem cabimento que ela seja representada pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é”. (LIMA, p.21, 2002)

No dia 21 de março de 2002, em comemoração ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, o Programa de Ações Afirmativas (PAA) do Instituto Rio Branco foi instituído. Como sabemos, as provas para o ingresso na carreira diplomática no Brasil são prestadas em várias fases e demandam dos candidatos conhecimentos variados e

⁶ Disponível em <<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

bem aplicados. Tendo em vista o déficit histórico do país em relação a educação da população negra, o número de diplomatas negros ainda é baixíssimo, 5%, de acordo com estudos do ano de 2015 (OLIVEIRA, 2015). Isso em uma nação composta 53,1% de pessoas que se declaram pretos ou pardos.

O programa tem como objetivo viabilizar a participação dos negros no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, mediante a concessão de uma bolsa no valor de 30 mil reais se o candidato teve bom desempenho no concurso anterior, mas não conseguiu lograr êxito para a aprovação final. A bolsa vem com a missão de auxiliar os candidatos com os custos da preparação com: cursos preparatórios, cursos de línguas, aquisição de material bibliográfico e professores especializados. E estes, devem ter um plano de estudos bem estruturados, passam por entrevistas e devem prestar contas dos gastos ao Itamaraty.

No item 2, do último edital de 2016-2017, estão dispostos os requisitos para inscrição no Programa:

Figura 6 - *Print screen* 1 do Edital do PAA 2016-2017

2 DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROGRAMA

2.1 Ser brasileiro nato, conforme artigo 12, § 3º, V, da Constituição Federal.

2.2 Ser negro, condição a ser expressa por meio de autodeclaração.

2.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.4 Estar em dia com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino.

2.5 Haver concluído curso de graduação de nível superior em instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação ou estar habilitado a concluir curso dessa natureza até a data de convocação dos candidatos selecionados no PAA 2016/2017.

2.6 Ter completado a idade mínima de 18 anos até a data da publicação do resultado final do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2017 ou, caso esse não venha a se realizar, até a data da publicação do resultado final do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata cujo edital de abertura for publicado imediatamente após a data de publicação do presente edital.

2.7 Ter sido aprovado na Primeira Fase (prova objetiva) e ter sua autodeclaração como negro confirmada no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2017 ou, caso esse não venha a se realizar, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata cujo edital de abertura for publicado imediatamente após a data de publicação do presente edital.

2.8 Possuir currículo cadastrado na Plataforma Lattes.

2.9 Poderá ser estabelecido critério de renda para concessão da bolsa-prêmio, a ser oportunamente publicado no *Diário Oficial da União*.

Fonte: Instituto Rio Branco (2016).

No item 4, está o detalhamento:

Figura 7 - Print screen 2 do Edital do PAA 2016-2017

4 DA BOLSA-PRÊMIO DE VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA

4.1 As Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia do PAA 2016/2017 serão concedidas conforme disponibilidade orçamentário-financeira dos parceiros do programa nos exercícios de 2016 e de 2017.

4.2 O valor total da bolsa-prêmio, a ser concedido a cada candidato selecionado, corresponderá a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e será desembolsado pelo CNPq.

4.3 A bolsa-prêmio deverá ser utilizada para o custeio de material bibliográfico e para o pagamento de cursos preparatórios ou de professores especializados nas disciplinas exigidas pelo Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, realizado anualmente pelo IRBr.

4.4 Dentro das finalidades do programa, e com vistas ao pleno aproveitamento do incentivo proporcionado pelo programa por parte dos bolsistas, poderá ser autorizado o emprego de, no máximo, 30% dos recursos da bolsa-prêmio para despesas de manutenção, desde que conste, de modo detalhado e justificado, de plano de estudos e desembolso contendo cronograma dos gastos previstos para os recursos da bolsa-prêmio durante os meses de vigência do PAA 2016/2017.

4.5 O beneficiário da bolsa-prêmio deverá inscrever-se como negro no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2018 ou, caso esse não venha a se realizar, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata cujo edital de abertura for publicado imediatamente após a data de desembolso da bolsa-prêmio ao candidato. A não observância desse requisito resultará na obrigação do bolsista de devolver ao CNPq os recursos recebidos.

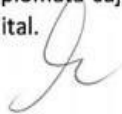
Fonte: Instituto Rio Branco (2016).

E no item 6, como funciona a convocação dos candidatos e os critérios de classificação:

Figura 8 - Print screen 3 do Edital do PAA 2016-2017

6 DA SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS À BOLSA-PRÊMIO

6.1 Os candidatos à bolsa-prêmio serão selecionados conforme seu desempenho no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2017 ou, caso esse não venha a se realizar, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata cujo edital de abertura for publicado imediatamente após a data de publicação do presente edital.



2

Fonte: Instituto Rio Branco (2016).

Figura 9 - Print screen 4 do Edital do PAA 2016-2017

6.1.1 Consideram-se, como critérios de classificação para fins de concessão da bolsa-prêmio, sucessivamente:

- a) A ordem decrescente na nota final no concurso (soma das notas finais na Segunda e Terceira Fases) e, em caso de empate, a nota final na Terceira Fase;
- b) A ordem decrescente na nota final na Segunda Fase e, em caso de empate, a nota final na Primeira Fase;
- c) A ordem decrescente na nota final na Primeira Fase.

6.1.1.1 O candidato que não comparecer a qualquer uma das provas ou entregar totalmente em branco qualquer das provas da Terceira Fase será classificado conforme o critério da alínea "b".

6.1.1.2 O candidato que não comparecer à prova ou entregar a redação ou qualquer dos exercícios da Segunda Fase em branco será classificado conforme o critério da alínea "c".

6.1.2 Persistindo o empate em qualquer das hipóteses das alíneas "a", "b" ou "c" do subitem 6.1.1, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) Tiver idade superior a 60 anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) Tiver maior idade;
- c) Tiver exercido a função de jurado, consoante o artigo 440 do Código de Processo Penal.

6.1.3 Para o fim de aplicação dos critérios do subitem 6.1.1, o candidato à bolsa-prêmio deverá ter sido convocado para o procedimento de verificação de autodeclaração como negro bem como ter confirmada sua autodeclaração mediante as regras a serem estabelecidas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2017 ou, caso esse não venha a se realizar, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata cujo edital de abertura for publicado imediatamente após a data de publicação do presente edital.

Fonte: Instituto Rio Branco (2016).

A reserva de 20% das vagas para negros em concurso público passou a ser assegurada pela legislação federal no ano de 2014 e, muito antes, o Instituto Rio Branco - IRBr já adotava o sistema de bolsas por ficar comprovada a disparidade racial em se tratando dos quadros de uma instituição que tem como uma de suas funções representar o Brasil e a sociedade brasileira perante outras nações.

O Programa auxilia com a bolsa, mas levando em consideração o que está disposto nos editais do concurso e da bolsa, o caminho até ela também não é fácil, já que o candidato deve ter sido aprovado pelo menos na primeira fase do concurso anterior, e, como foi dito, o TPS é bastante exigente em relação a aplicação dos conteúdos aprendidos.

Além do fato de que é requisito o candidato ter diploma de nível superior, como está disposto no item 2.5, então são vários obstáculos postos no caminho das pessoas negras que almejam tornar-se diplomatas, até para fazer valer o direito a ação afirmativa.

Se todos os requisitos forem cumpridos, os candidatos são convocados para o processo de verificação da autodeclaração da condição de negro, como está no item 6.1.3 do edital do Programa.

3.3 AUTODECLARAÇÃO E FRAUDES

Nesse caminho para alcançar outros espaços, os candidatos negros deparam-se com muitos percalços para concluir o ensino superior, mesmo antes de prestar as provas, após a inscrição no Programa, para conseguir uma classificação que lhe possibilite disputar uma bolsa e alavancar seus estudos, e quando conseguem, ainda tem de enfrentar as frustrações de encontrar com pessoas que, ao mesmo tempo, que negam a legitimidade do Programa, querem se aproveitar do mesmo e desconhecendo que em um país como o Brasil, em que os fenótipos da pessoa fazem com que estas sejam discriminadas, se inscrevem no Programa de Ação Afirmativa e declaram-se negros mesmo que seu tom de pele diga o contrário.

Desde a implementação do PAA, alguns casos de tentativas de fraude foram percebidos, sobre isso o representante da SEPPIR/PR – Ivan Braz (SILVA, 2005) diz que:

Quando participei da seleção, todos os candidatos que chegaram à fase de entrevista eram afro-descendentes. Nós fizemos uma seleção bastante rígida com relação a isso. O único critério de seleção era, portanto, o da convicção da origem, pois por alguns métodos de entrevista, nós conseguimos aferir o nível de consciência racial, pelo menos na banca em que participei, nós conseguimos fazer uma boa entrevista, a ponto de pessoas mais claras terem sido interpeladas em que nível de consciência racial eles se encontravam, então eu achei positivo, porque nós que somos oriundos do movimento social negro sempre dizemos o seguinte: “Não basta ser negro, tem que ter consciência”. No Brasil, o preconceito parece mais perverso do que em outros lugares porque ele se expressa em duas dimensões: pelo fenótipo, eu não tenho dúvida que quanto mais melanina escura, mais discriminada será a pessoa, e nós temos percebido isso, tem casos muito contundentes que mostram essas evidências. Por outro lado, o preconceito de origem é um pouco mais velado, mas ele se manifesta, na medida em que, quando tu tiveres em uma tomada de decisão, um desempate, por exemplo, seja qual for a situação, a origem vai pesar na escolha, muito embora a forma do preconceito seja mais sutil. A discriminação no Brasil foi muito bem trabalhada pelos racistas, muito bem arquitetada, de maneira que a própria população negra de uma forma geral, não consegue discernir, a não ser quem estuda como é o teu caso ou a gente que vem militando ao longo dos anos, para ter a dimensão correta de como isso se expressa, na linguagem, por exemplo, que destrói a auto-estima do negro, mas as pessoas não se dão conta, muito pelo contrário, às vezes ironizam e até acham graça quando a linguagem é totalmente destrutiva. Quanto à política de cotas, eu sou um defensor ferrenho de transformar as cotas em uma política pública, porque tal ação já ocorreu e ocorre em outros países, nós não estamos inventando agora. (SILVA, 2005, p.23)

Os candidatos que tentam burlar o PAA, ao chegar na fase da entrevista e confirmação de condição de negro, não apresentam os fenótipos condizentes com a política de ação afirmativa.

Já que a marcação racial brasileira é baseada nas características fenotípicas da pessoa, se pensarmos em uma palheta de cor de pele, quanto mais escurecida, maior é o risco

social dessa pessoa e as chances de esta vir a sofrer com o racismo e a discriminação aumentem vertiginosamente.

E, como no país, o sistema de identificação racial funciona com a autodeclaração, muitos são os casos de tentativas de burlar os programas de ação afirmativa existentes, obrigando o Estado a sempre articular meios de identificação dessas fraudes e desclassificação desses candidatos, seja em concurso público ou na disputa por uma vaga nas universidades públicas.

3.4 IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO E MELHORIA DO PROGRAMA

As ações afirmativas são de essencial importância para a desconstrução do lugar do negro, também através da representatividade que geram, pois, ao ver um igual ocupando um cargo social de prestígio, o estímulo em tentar conseguir a mesma posição é maior e a estrutura da desigualdade se move no caminho para sua completa desestruturação.

Desde 2002, 375 candidatos receberam o benefício da bolsa, destes 35 foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Nesse universo, 25 são homens e 10 são mulheres. (Informações obtidas através do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Itamaraty, resposta recebida no dia 02 de maio de 2018). Um avanço notório, nos quadros de uma instituição com histórico elitista e branco.

São poucos estudos sobre o PAA do Instituto Rio Branco, o mais recente faz relação da Psicologia Social e o impacto da ação afirmativa na diplomacia (PEREIRA, 2014):

Considero a proposta da tese como atinente à Psicologia Social sob uma perspectiva crítica, por sustentar uma posição que se opõe à: a) neutralização das desigualdades, pois busca voltar o olhar para um fenômeno como algo socialmente construído e que permite pensar outras possibilidades para configuração desse fenômeno; b) hierarquização e maniqueísmo, por considerar que não existe um grupo social superior a outro, mas sim, que as oportunidades não foram oferecidas de maneira equânime; c) essencialização de fenômenos sociais, pois, não compartilha com a ideia de modos únicos de ser negro ou de ser branco nos vários espaços da sociedade. (PEREIRA, 2014, p. 19)

Ter a chance de se ver e reconhecer-se como um corpo possível de ocupar qualquer espaço dentro de sua própria sociedade, para os fenótipos negros, é psicologicamente essencial na preparação para a disputa por um lugar em qualquer instância. E poder ocupar, principalmente, os lugares de poder, junto ao Estado, desconstruindo a ideia de que apenas corpos brancos teriam a capacidade de alcançá-los é um passo importantíssimo na busca pela conquista, sobretudo, do direito a humanidade.

Apesar de sua característica de vanguarda frente a ações tardias de outras instituições do Estado, o PAA do Instituto Rio Branco, tem alguns pontos que são sinalizados pelos participantes, em entrevistas concedidas a trabalhos anteriores a este (LIMA, 2005/ OLIVEIRA, 2011/ OLIVEIRA, 2015), os egressos apontam que suas maiores dificuldades são em relação a assistência que não recebem do órgão após conseguirem a bolsa. Assistência essa, que em algumas edições do programa chegaram a acontecer, mas que por causa da agenda atarefada de alguns diplomatas acabou ficando de lado.

O que eles se referem é a uma tutoria que poderia ser prestada, e chegou a ser em alguns momentos, mas que ficava a cargo da disponibilidade que os diplomatas tinham em ajudá-los, mas que isso fizesse parte da ação afirmativa, até contando como carga horária de trabalho para os diplomatas, já que alguns dão aulas em universidades além de trabalhar no Itamaraty, essa tutoria seria de extrema relevância na preparação para as provas. Penso que, tendo em vista essas colocações feitas pelos egressos do PAA, surge a demanda por um outro enfoque na bolsa, que esta não venha a ser apenas financeira.

Sendo a segunda academia a ser criada para a formação de diplomatas no mundo e possuindo seu prestígio educacional, o Instituto Rio Branco poderia avaliar formas de adaptar suas instalações de abrir espaço para os bolsistas do PAA, em uma espécie de curso preparatório e imersão no cotidiano da carreira, ao invés de vocação diplomática, valorizar uma vivência diplomática para os bolsistas.

Até porque, a maioria deles, ao conseguir a bolsa, saem de suas cidades de origem em direção a capitais que tem mais tradição com cursos preparatório para o CACD e professores especializados, cidade como Rio de Janeiro, São Paulo e própria Brasília. Então uma mudança de endereço não viria ser um problema.

Com a experiência da vivência, além da experiência que pode ser passada por pessoas que fizeram a mesma trajetória e hoje estão inseridos na realidade do que é trabalhar como diplomatas, os bolsistas estimulariam-se e teriam melhor direcionamento em seus estudos.

4 A HERANÇA DO BARÃO NO *HOMO DIPLOMATICUS* BRASILEIRO

Este capítulo é uma reflexão acerca de como a memória dos serviços prestados pelo Barão do Rio Branco durante sua gestão à frente do MRE podem causar efeitos sobre a imagem de como um diplomata tem que ser e as habilidades que tem que ter para ser um bom

profissional do Serviço Exterior brasileiro, gerando o que neste trabalho foi chamado de *homo diplomaticus*, um possível desenvolvimento da espécie humana com características próprias para a execução das atividades diplomáticas, pensando também na palavra vocação, tão evocada no meio, como algo intrínseco ao ser que deseja adentrar neste grupo.

Em 1876, com trinta anos, após dois mandatos de deputado, uma missão diplomática transitória no rio da Prata e uma vida boêmia no Rio de Janeiro – era o Juca Paranhos, o alto, forte e bem apessoado filho de um dos maiores políticos do Império, o Visconde do Rio Branco –, inicia uma longa e até certo momento obscura carreira diplomática em Liverpool, o futuro Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Jr. (FILHO, 2015, p. 297)

E assim começa a trajetória do homem foi ministro das relações por quase 10 anos e que viria a ser o patrono da diplomacia do Brasil. Segundo Synesio Sampaio (2015), "Em 1902, já alçado ao patamar dos grandes servidores do Estado por suas duas vitórias arbitrais, foi convidado por Rodrigues Alves para ser Ministro das Relações Exteriores. Permaneceu no cargo durante quase dez anos" (FILHO, 2015, p. 300).

O Barão deixou um legado enorme para a diplomacia brasileira, sendo reconhecido e exaltado por seus feitos:

Além da importância em si da bem-sucedida política de fronteiras de Rio Branco, é preciso lembrar que, do ponto de vista da psicologia das nações, liberou as energias brasileiras para campos mais férteis. Divergências sobre limites são, até hoje, uma pesada carga na vida política internacional de várias nações do continente; não do Brasil, que se limita com todos os países da América do Sul, à exceção do Chile e do Equador. (FILHO, 2015, p. 301)

Sua dedicação era tamanha que confundia vida pessoal e profissional, morava no mesmo lugar em que trabalha e chegou a falecer dentro de seu escritório no Palácio do Itamaraty em 1912. Seu escritório era abarrotado de papéis e organização não era do seu feitio, ficava horas debruçado sobre mapas gigantescos estudando e utilizava o conhecimento cartográfico apreendido em suas negociações (FILHO, 2015, p. 301).

No dia de sua morte em 10 de fevereiro de 1912, às vésperas do carnaval, por sua enorme contribuição para o Brasil o então presidente Hermes da Fonseca decretou luto oficial e adiou o carnaval para o mês de abril, mas a medida não foi bem aceita pela população que neste ano comemorou o carnaval na data de praxe e, também, saíram às ruas no dia que seria oficial. Esse episódio na história é narrado por Luís Cláudio Villafañe G. Santos, diplomata, em seu livro “**O Dia em que Adiaram o Carnaval**”.

Hoje, seu nome é utilizado para designar o Instituto que tem como responsabilidade a formação dos diplomatas brasileiros, a data de seu aniversário, 20 de abril, é o dia em que se comemora o Dia do Diplomata no Brasil e também o dia da realização da cerimônia de formação dos estudantes do Instituto Rio Branco. A memória do Barão é viva e muito bem preservada em se tratando dos ambientes diplomáticos.

Ao longo da trajetória da história diplomática brasileira, Ricupero identifica a centralidade do processo de construção de uma “ideia do Brasil”, levado a cabo por sucessivas gerações de diplomatas comprometidos com determinados princípios e valores. Nesse processo, o Barão do Rio Branco se destaca como o principal promotor de uma identidade nacional. Partindo da tradição do liberalismo jurídico do Segundo Reinado, o Barão fundamenta sua visão em elementos como moderação, pacifismo e respeito ao direito internacional – consolidando-se como símbolo nacional e “institution builder”, sustenta Lafer. (CEBRI, 2017, p. 7-8).

Como nos conta o diplomata Celso Lafer, o embaixador Rubens Ricupero atribui a ele a criação do que ele chama de diplomacia do conhecimento, um método diplomático que utiliza-se de acúmulos de vários estudos sobre cartografia, negociação, estratégias, história do país, para embasar argumentos em prol da manutenção da paz e na angariação de aliados para o Brasil:

Além da ênfase no Direito, a prática diplomática brasileira também se caracteriza pelo contínuo embasamento na chamada “diplomacia do conhecimento”; da qual o Barão do Rio Branco representou importante expoente. Ricupero destaca que, a partir do preparo, da inteligência e de extraordinária erudição em história, geografia, cartografia e cultura geral, o Barão logrou “assegurar para o Brasil vastas parcelas territoriais e riquezas naturais consideráveis”. (CEBRI, 2017, p. 8-9).

O Barão do Rio Branco era filho do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, que foi gestor do Ministério das Relações Exteriores durante os anos de 1868 a 1870 e sua atuação frente ao órgão também muito prestigiada no país, sendo considerado uma das figuras mais importantes da época do Império. Levando isso em consideração, desde muito cedo o pequeno, José Maria da Silva Paranhos Júnior, teve intenso contato com as práticas diplomáticas, além de uma ótima educação formal que o preparou para ser o excelente profissional que se tornou e que o fez ser exigente com os candidatos interessados em ingressar na carreira diplomática durante sua gestão no MRE, marcando seu lugar na memória de excelência profissional do Serviço Exterior brasileiro como o Barão do Rio Branco.

4.1 *HOMO DIPLOMATICUS*

De acordo com Pierre Bourdieu:

O poder simbólico como poder constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p.9)

Levando em consideração a capacidade de unidade que a memória do Barão do Rio Branco exerce no corpo diplomático brasileiro, podemos pensá-lo como a figura estruturante de uma ideia de diplomata perfeito e, em seus efeitos, como um poder de reverberar e ideia nos aspirantes e integrantes do corpo diplomático brasileiro, tornando-se símbolo dessa carreira.

Ou seja, a partir dos feitos do Barão durante sua gestão à frente do MRE (1902-1912) e da forma como ele selecionava os integrantes para ocupar os cargos do órgão, cria-se a ideia de que o “ser diplomata” depende de características, que antes de mais nada, deve fazer parte do sujeito candidato a carreira e que depois serão aperfeiçoadas na academia diplomática.

O poder simbólico da imagem do profissional de excelência que a memória do Barão evoca e as noções e modos próprios que os pares da profissão compartilham, trouxe para a carreira o que Pierre Bourdieu também conceitualiza como *habitus*:

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente "regulamentadas" e "reguladas" sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 1930 apud ORTIZ, 1983, p. 15)

Se pensarmos no Itamaraty como a estrutura a qual Bourdieu se refere e a imagem de excelência profissional que a memória da instituição guarda como estruturante do *habitus* diplomático brasileiro, percebemos que a forma de se portar, de comunicar-se, de vestir-se e posicionar-se dos diplomatas são muito parecidas, coletivamente orquestradas para manter o garbo e intelectualidade que está socializada no imaginário de todos. Sem, no entanto, ter regras explícitas de comportamentos, mas como se fizessem parte do “ser diplomata”, o que

apareceria apenas em *homos diplomaticus*, uma espécie evoluída e privilegiada com modos distintos dos outros e específicos para o exercício da profissão.

Em seu trabalho sobre o campo e o *habitus* da diplomacia brasileira, Karla Lizandra reflete:

O *habitus* diplomático pode ser entendido como a apreensão aparentemente naturalizada de uma série de códigos, sendo traduzido na carreira como uma vocação. Essa ideia, ao fazer parecer que esses códigos são traços da personalidade, individuais, acaba por camuflar o fato de que são códigos aprendidos e internalizados. (PINTO, 2016, p.154)

Sendo assim, mais que uma comunidade profissional, então, o corpo diplomático compartilha uma ideia de comunidade moral, - “que veicula signos próprios ao expressar um *ethos* e uma visão de mundo muito particulares (DURKHEIM, 1996 apud cf. MOURA 1996; 1999) ” - que detém habilidades inerentes às suas personalidades individuais e que os diplomatas comungam entre seus pares. Disseminando assim, a imagem do diplomata que a sociedade absorve e reproduz: pessoa intelectual, poliglota, que se veste sempre elegantemente, que frequenta as altas camadas da sociedade, bom negociador, socializando uma imagem de nobreza atrelada a profissão, junto a sensação de que poucos estão destinados a ter.

Tudo isso nos remete a palavra vocação, que neste trabalho nos interessa por aparecer em vários contextos, principalmente quando o assunto é uma profissão, e aqui especialmente, na carreira diplomática, pois como dito anteriormente, nomeia o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio **Vocação** para a Diplomacia e aparece frequentemente em falas e livros sobre a carreira. Em uma passagem do livro **Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas**, o autor Synesio Sampaio, por exemplo, se refere a habilidade com história do Brasil que o Barão possuía como vocação: "A vocação, aliás, começara cedo, pois aos 23 anos já era professor de História do Brasil no prestigioso Colégio Pedro II." (FILHO, 2015, p. 298).

Etimologicamente, a palavra vocação significa “chamado”, e em seu sentido religioso que é o mais difundido seria então um presente divino, ou em certa feita uma convocação particular que diferencia os seres e lhes dá a capacidade de exercer algo de forma admirável ao contrário de pessoas que não receberam essa mesma bênção ou missão.

Se pensarmos a partir da palavra vocação como está posta em seu significado etimológico, surge a inquietação do motivo pelo qual em 16 anos de implementação do PAA do Rio Branco, apenas 35 negros conseguiram ingressar no corpo diplomático brasileiro.

Apenas esses, de uma parte esmagadora da população brasileira, tiveram aptidões características de um dom que souberam aprimorar?

Pensar dessa forma é perverso tendo em vista o contexto histórico educacional de um país marcado pela escravização e abandono social do povo negro. Como esse povo, que é por séculos subjugado, que são postos a acreditar em sua inferioridade, vai no mínimo prospectar a ideia de seguir uma carreira que é envolta em um *ethos* que não lhes pertence por direito natural ou chamado divino?

Além disso, as relações de parentesco dentro da “Casa”, como é carinhosamente chamado o Itamaraty, são bastante evidentes e se perpetuam. Como constata Cristina Patriota: “persistem as noções de que o Itamaraty é um grande “clã”, formado por conjuntos de “linhagens de diplomatas” e que há favorecimento de filhos de diplomatas nos 'concursos de admissão” (MOURA, 2006).

Esse favorecimento é educacional, já que os filhos de diplomatas têm oportunidades que os colocam em posições de vantagem em relação às pessoas que não tiveram as mesmas chances. São pessoas que estudaram em escolas internacionais, não só aprenderam línguas diferentes como as vivenciaram, estão em contato direto com o “ser diplomata” e seus *habitus*, ou seja, tem sentimento de pertencimento em relação a um grupo privilegiado socialmente, tendo mais chances não só em relação ao repertório de conteúdos abordados no concurso, como também, o fator psicológico lhes auxiliando na disputa por uma vaga.

Acaba sendo então, compartilhado por todos os membros da “Casa” um espírito em comum e que estaria nos laços biológicos de quem pertence à família de diplomatas ou inato como vocação aos “de fora” que prestam o concurso.

Se o parentesco não explica a organização “racional” da instituição e a forma de recrutamento de seus membros, o simbolismo calcado em imagens que remetem à ordem doméstica e familiar é de extrema relevância para entender o senso de exclusividade compartilhado pelos diplomatas brasileiros. (PATRIOTA, 2006, p.21)

E, por mais que a instituição venha nas últimas décadas tentando democratizar o acesso à carreira e diversificar a representatividade do povo brasileiro em seus quadros, fatores como estes, que não dizem respeito só a preparação intelectual dos candidatos, mas também da sua condição psicológica, a forma como a carreira foi socializada no país, e da bagagem emocional que trazem, podem sim interferir no ingresso e ascensão dos negros na diplomacia.

4.2 VOCAÇÃO DIPLOMÁTICA OU OPORTUNIDADE DE ESTUDO?

Fica perceptível que aptidões somente, não significam uma boa colocação no concurso e, mais que isso, fica evidente ao se falar que algumas pessoas compartilham tanto o *habitus* diplomático que famílias inteiras chegam a ocupar a instituição, sendo diplomatas, que o capital cultural é importantíssimo. É ele que vai distinguir quem tem ou não plena condição para ser aprovado em um concurso que tanto exige intelectualmente dos seus candidatos.

E esse nível de dificuldade imposto no concurso também é pelo fato de se tentar manter o prestígio social da carreira, que agora não depende de títulos de nobreza e boas relações com a corte, mas que se quer conservar nobre e, para tal, precisa de uma seleção rigorosa que lhe permita desenvolver bem suas atribuições no Serviço Exterior e manter o padrão de intelectualidade que a diplomacia exige apoiando-se em mérito.

Comparando o período imperial, com a seleção atual que temos com o CACD, percebemos que mudaram-se os moldes, mas a lógica se mantém. O enfoque em posses continua, mas agora trata-se não só de uma questão financeira, mas de como o candidato investe para adquirir conhecimentos suficientes que lhe permitam ingressar nos quadros do MRE.

A Bolsa Prêmio Vocação para a Diplomacia do PAA do Rio Branco, paga ao candidato que se autodeclarou negro, atingiu boa pontuação na primeira fase do concurso e ficou dentro do número de vagas da bolsa, geralmente 20, o valor de 30 mil reais, o que gira em torno de R\$ 2.500 reais mensais para que o candidato contrate professores especializados, compre os livros necessários, os cursos preparatórios e das línguas exigidas e, muitas das vezes, até mude-se de endereço. Muitos dedicam o dia inteiro apenas para estudar para o CACD, de deixam seus empregos. Um valor que parece bastante alto, ao analisarmos bem, logo percebemos acaba se tornando insuficiente.

Principalmente quando se tem que gastar muito em se tratando de estudo das línguas, geralmente a maior desvantagem dos candidatos negros em relação a alguns outros candidatos que tiveram vivências em escolas no exterior e dominam mais facilmente o inglês, por exemplo.

4.3 REFLEXOS DA SOCIEDADE NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Em seu trabalho sobre **Diplomatas negros (as): ação afirmativa no Instituto Rio Branco e trajetória de Diplomatas ex. bolsistas**, Ana Paula faz a seguinte reflexão:

Apesar de essa classe média negra vir alterando os seus padrões sócio-econômicos ao ingressarem na diplomacia, a trajetória de cada um dos entrevistados é bastante heterogênea, principalmente quando se trata de origens familiares, formação acadêmica, estratégias para se chegar até a carreira e experiências profissionais anteriores ao PAA. Se *habitus* é um princípio gerador e de práticas distintas e distintivas, segundo Bourdieu (1996), é possível que os diplomatas negros estejam gerando um novo *habitus* para a diplomacia? (OLIVEIRA, 2011, p.86)

Eu diria que ainda não estão criando um novo *habitus*, e o pior, sofrendo a interferência do *habitus* predominante, que foi construído em uma base de sustentação na qual os negros não faziam parte. Uma supremacia elitista e majoritariamente branca, com modos e vivências que os negros ainda tentam conquistar, fazendo valer o direito de participar dos níveis mais altos dentro de sua própria sociedade e sendo impulsionados aos poucos por ações como as do PAA do Rio Branco.

Outro agravante do reflexo da desigualdade da sociedade na carreira diplomática é o fato de que ela funciona em seis níveis hierárquicos que são: Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe ou embaixador que é o nível mais alto.

A separação é uma forma de dar segmento à sistemática de organização da carreira, permitindo que cada diplomata entenda que, para se chegar ao ponto máximo, precisa trilhar uma longa caminhada. Caminhada essa que se inicia antes mesmo da homologação do indivíduo na carreira, como indica Moura (2003). (OLIVEIRA, 2011, p.56)

Então será que após ingressar na carreira ocupando o cargo de terceiro secretário, o negro vem ganhando espaço também na progressão e tem conseguido alcançar os níveis hierárquicos mais altos que se fragmentam dentro da carreira? Sendo que alcançá-las depende de um senso de meritocracia e antiguidade, ou seja, a classificação do candidato no concurso e no curso de aperfeiçoamento posiciona este para a escalada hierárquica. Quanto maior a pontuação, mais rápida a progressão.

Todos os anos, durante a cerimônia do Dia do Diplomata, quando os terceiros secretários concluem seus estudos no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), condecorações são distribuídas aos “primeiros da classe”, os alunos com

melhores pontuações, que majoritariamente são alunos brancos, têm a preferência na caminhada rumo ao último degrau da carreira.

Sendo assim, a progressão acontece novamente baseada na hierarquização social que acontece “fora” da carreira, na sociedade brasileira, onde a desigualdade entre negros e brancos se impõe. Tivemos o primeiro embaixador negro que nem foi beneficiado pelo Programa de Ação Afirmativa, por progressão de carreira, só no ano de 2010, Benedicto Fonseca Filho, que conta sua trajetória de vida em entrevistas e faz questão de assinalar que a experiência de vida que teve por seu pai trabalhar como agente de portaria no Itamaraty e ter morado no exterior, foi fundamental para seu sucesso na carreira.

Ou seja, uma trajetória que não é comum entre os negros e que demonstra mais uma vez a importância da experiência, da vivência diplomática e não da vocação.

Não basta acreditar que a bolsa prêmio vai capacitar suficientemente os negros para que estes concorram em igualdade de condições com os demais candidatos e que o avanço na progressão se baseia no mérito de cada um, por que a realidade nos diz claramente que quanto mais condições para ter uma boa educação e experiências, maiores serão as chances, não só de ingressar na carreira, mais também de ascender dentro dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o ambiente escolhido para a discussão no trabalho e a recente implementação da Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, - que aliás, por mais que tenha completado este ano, 16 anos de existência, ainda não se fez tão significativa, no entanto, mostrando sinais de que virá a ser, - faz com que algumas lacunas não sejam supridas.

Um trabalho que partiu de uma inquietação do motivo pelo qual tão frequentemente é evocada a palavra *vocação* no meio diplomático brasileiro, em palestras, livros e cursos preparatórios para a carreira e acabou se ramificando em uma análise que buscou entender como funciona o Programa de Ação Afirmativa e de que forma o mesmo vem auxiliando os negros na inserção a carreira, por interesse pessoal com a mesma, sendo que este interesse várias vezes faz surgir um autoquestionamento sobre minhas plenas capacidades de conquistá-lo, já que o meio diplomático é uma realidade distante.

Com toda explanação feita anteriormente, é possível pensar que um dos motivos para esse autoquestionamento seja a imagem que foi socializada sobre a profissão e que não deixa espaço para pensá-la apenas como tal, mas como parte da essência da pessoa e, sendo eu, uma

mulher negra, não teria acesso ao *homo diplomaticus* por excelência, não compartilhando do direito a este lugar que historicamente não me pertence.

No entanto, não se pode deixar de valorizar os avanços conseguidos dentro da instituição que foi vanguarda em instituir um Programa de Ação Afirmativa singular, mesmo que tenha sido para conservar seu *habitus* a partir do discurso meritocrático, e que aos poucos caminha para a plena democratização da carreira e a verdadeira representação do povo brasileiro para o cenário internacional.

Esse avanço que não é só quantitativo, não diz respeito apenas a quantidade de negros que estão conseguindo tornar-se diplomatas, mas que é também revolucionário em se tratando de representatividade, na mostra de corpos negros em espaços socialmente privilegiados na luta pela movimentação da estrutura de sabotagem e desigualdade que fundou esse país.

REFERÊNCIAS

- AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty; impressões de um diplomata** / André Amado; prefácio de Georges Lamazière. — Brasília: FUNAG, 2013. 184p.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Relatório situação da população afrodescendente – Brasil**. Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia – Programa A Cor da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH. 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)** / Flávio Mendes de Oliveira Castro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II. 644p.
- CEBRI. A Diplomacia na Construção do Brasil. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/BreakingNews14.pdf>>. Acesso em março de 2018.
- DUARTE, A. C. **A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em abril de 2018.
- FILHO, Synesio Sampaio Goes. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil** / Synesio Sampaio Goes Filho. – Ed. rev. e atual. – Brasília: FUNAG, 2015.
- Isac Afonso dos Santos Filho. O lugar do negro no Brasil. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/o-lugar-do-negro-no-brasil>>. Acesso em abril de 2018.
- JÚNIOR, João Feres. CAMPOS, Luiz Augusto. **Ação afirmativa no brasil: multiculturalismo ou justiça social**. Lua Nova, São Paulo, 99: 257-293, 2016.
- LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na carreira de diplomata: Ação afirmativa para o instituto Rio Branco**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática. 1988.
- MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2007.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1998.
- OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. **Diplomatas Negros (as): Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex) Bolsistas**. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 2011.

OLIVEIRA, Fabíola Cristhina de Lima e Góis. **Programa de ação afirmativa do IRBr: Uma análise dos trezes anos de implementação**. Brasília. Senado Federal. 2015.
ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo. Editora: Ática. 1983.

PEREIRA, Elcimar Dias. **Programa de ação afirmativa do instituto rio branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia**. São Paulo. Pontifícia universidade católica de São Paulo. 2014.

Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa. Disponível em <<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

SILVA, Rosângela Lopes da. **"Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco"**. Brasília. Centro Universitário de Brasília. 2005.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, Coleção Tendências; v.4.